

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
CASTELO BRANCO



ATA DA SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA DE
2022/04/25

ATA N.º 04



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ATA Nº. 4/2022

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte dois, pelas nove horas e trinta minutos, no Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco, reuniu em Sessão Extraordinária a Assembleia Municipal de Castelo Branco cuja mesa foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pelo 1º. Secretário, Carlos Simão Martins Mingacho, e pela 2ª. Secretária, Celeste Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

“Comemorações do 25 de Abril”.

MEMBROS PRESENTES À SESSÃO

Jorge Manuel Vieira Neves, António Augusto Cabral Marques Fernandes, Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Carlos Manuel Freire Antunes, Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Carlos Salvado (em substituição de Maria José Sobreira Rafael), Francisco Manuel Pombo Lopes, João Filipe Dias Ribeiro, Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida, Nuno Miguel Correia Teixeira Maia (em substituição de João Nuno Marques Carvalhinho), Miguel Gregório Barroso, Ernesto Candeias Martins, Martins do Carmo Almeida Nunes, Christelle Varanda Domingos, Ana Cristina Marques Lourenço, Carlos Simão Martins Mingacho, Daniel António Guerreiro Almeida, Joaquim Manuel Faustino (em substituição de Maria Cristina Vicente Pires Granada), Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, José Alberto Moreira Duarte (em substituição de Adelina Maria Machado Martins), Milena Cristina da Silva Marques Santos, José Afonso Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valente Neves, José Dias dos Santos Pires, José António Afonso Dâmaso, Pedro João Martins Serra, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, João José Louro Ramos, Sandra maria Duarte Lucas Silva, Luís Manuel de Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Baptista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino e Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

MEMBROS AUSENTES À SESSÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



Maria José Sobreira Rafael, João Nuno Marques Carvalhinho, Maria Cristina Vicente Pires
Granada, Adelina Maria Machado Martins.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

“Comemorações do 25 de Abril”.

Presidente da Assembleia Municipal (Jorge Manuel Vieira Neves) – 25 de Abril

Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo

Com a imortalidade das palavras de Sophia, aqui estamos, de novo, a “celebrar” Abril.

Senhor Presidente da Câmara Municipal
Caras e caros Deputados Municipais
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Presidentes, de Juntas / Uniões de Freguesia
Digníssimas autoridades civis, religiosas e militares
Ilustres Convidados

Meus Caros concidadãos Albicastrenses

Minhas Senhoras e Meus Senhores

48 anos depois talvez já quase tudo tenha sido dito a propósito do 25 de Abril.

Desde os historiadores, aos sociólogos, aos políticos, enfim, praticamente, todos já analisaram o que foi este episódio importante da nossa história.

A banalização da data corre o sério risco de para os jovens atuais se tornar “apenas” um feriado.

Cabe-nos, a nós, geração que viveu aquela madrugada, a nós, institucionalmente eleitos, que representamos o poder democrático, que estamos aqui na sequência da escolha dos nossos conterrâneos, reafirmar a importância do que foi a Revolução dos Cravos, na nossa história.

Agora sabemos como vivemos, o que podemos fazer, o que podemos dizer, quais são os nossos direitos, mas houve tempo em que se vivia como alguns queriam, que se fazia o que outros queriam, onde não se podia dizer o que se sentia e onde os direitos não existiam.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

É importante recordar “outro tempo” aquele tempo a que Abril pôs cobro.

Todos conhecemos aquela expressão do jornalista Baptista-Bastos, que eternizou a pergunta ‘Onde é que estavas no 25 de Abril?’

Há alguns anos o “Jornal de Oleiros” solicitou-me um depoimento acerca desta questão.

Aproveito essa intervenção e complemento-a agora com mais substância histórica, e numa perspetiva pessoal, homenagear a minha terra natal e destacar e agradecer a muitos cidadãos, a maior parte anónimos, mas que lutaram e sofreram na pele as agruras de um regime opressivo e castrador.

No dia 25 de Abril de 1974, tinha 14 anos. Vivía em Ponte de Sor e estudava no antigo 5º ano, que agora corresponde ao 9º ano de escolaridade.

Apesar da minha óbvia juventude, estava relativamente esclarecido sobre a situação em que vivíamos no nosso país.

Alpiarça foi a vila onde, orgulhosamente, nasci e que tinha a particularidade de ser, desde tempos longínquos, uma terra de grande resistência e de muita luta pela liberdade.

É desta resistência e desta luta que pretendo falar hoje.

Cito um documento a que tive acesso há relativamente pouco tempo “Alpiarça 1950. AS ROTINAS DA SOBREVIVÊNCIA E O MOMENTO DE UMA BALA, da autoria de Inês Fonseca, Dulce Freire e Paula Godinho e que foi publicado na Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.¹

Em Alpiarça, as tradições de luta dos trabalhadores rurais remontam ao tempo da I República: “Desde logo os operários agrícolas começaram-se a destacar através de organizações de classe, portanto, tiveram logo uma Associação de Trabalhadores Rurais ali por volta de 1911. A primeira luta consiste na contestação do horário de trabalho de sol-a-sol. Donde emergiram, portanto, as reivindicações [...] do sol alto, da hora de sol, da molhadura e, portanto, de condições que se salientavam das dos outros trabalhadores aqui à volta. [...]

A consciência de classe dos operários agrícolas foi tomando consistência.

(...)

As lutas laborais que ocorreram durante a I República, perpetuam-se pelo Estado Novo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Os trabalhadores agrícolas exigem, essencialmente, melhores salários e melhores condições de trabalho.

Levam a cabo as suas reivindicações nas praças de jorna, onde já então era habitual a presença e intervenção da GNR, o que fazia com que muitas destas lutas terminassem em confrontos entre os assalariados e os elementos desta força policial.

A animosidade existente entre estes dois grupos está patente, não só nas ações de desafio e insurgência por parte de uns e nas medidas repressivas e violentas por parte de outros, mas também nos discursos produzidos.

Trata-se de grupos inimigos:

Fim de citação.

De uma forma quase singular, a polícia política - PIDE tinha instalações em Alpiarça, para, mais de perto, poder vigiar movimentos e situações atentatórias contra o regime vigente.

Cito de novo.

São vários os episódios, desde o início do século (1919, 1928, 1934, 1936, etc), em que os revoltosos desarmaram os guardas ou em que estes prenderam, feriram ou mataram alguns dos manifestantes.

Em 1940 / 41 (a seguir à reorganização do PCP), surge um comité local do Partido Comunista Português em Alpiarça. As lutas e reivindicações passam a ser conduzidas por esta organização e assumem, por vezes, uma natureza política para além do seu carácter apenas laboral.

A persistência e regularidade com que as ações de luta ocorriam em Alpiarça, durante o Estado Novo, valeram-lhe a ímpar distinção (entre as terras vizinhas) da criação, em 1965, de um posto da PIDE, que dependia diretamente do Comando do Entroncamento (...)

Recordo de ouvir falar, num herói, que estava na memória daquele povo, um dos seus filhos - Alfredo Lima - ter sido assassinado em 1950. Hoje tem o seu nome na rua onde tombou para sempre.

Conta a história

Corria o ano de 1950.

A 4 de Junho, regressado de um dia de trabalho no campo, apesar de ser domingo, Alfredo Dias Lima está, com outros trabalhadores rurais, no sítio errado no momento errado.

Será assim, apesar do espaço ser central na povoação que habitava, a vila de Alpiarça, no distrito de Santarém.

Não se lhe conhecem alinhamentos políticos anteriores, a memória familiar não encaminha na senda do anti-salazarismo militante que marcava outras linhas genealógicas locais.

Durante a praça de jorna as mulheres reivindicavam melhores condições de trabalho e aumento de salário, para as mondas do arroz.

(...)

A GNR, atira, ferindo vários indivíduos, entre os quais Alfredo Lima. São igualmente atingidos outros trabalhadores rurais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Fim de citação

O documento que refiro nesta intervenção, resulta também da consulta nos arquivos dos Governos Cívicos, Distritais, do Ministério do Interior e da PIDE/DGS.

Encontra a PIDE, no seu relatório, razões, em suma, para o descontentamento, já que

"Tudo isto é do conhecimento da população rural, pois ela acompanha de perto a vida dos lavradores, conhece-os e sabe como vivem. (...) E note-se, que os abusos são ainda maiores, quando se deslocam até Alpiarça, nas épocas próprias, ranchos vindos de Pombal, Soure, Figueira da Foz, etc.

Homens e mulheres que no fim dos trabalhos para que foram contratados, pouco recebem, pois, as contas dos géneros ou comida fornecida, são feitas de tal ordem, que raro é aquele, que não retira descontente por ter ido parar a uma terra daquelas".

Finalmente, a, propósito do incidente fatal, a PIDE dá conta do seguinte:

(...) da prisão dos apedrejadores que mais se salientaram, 15 homens e 3 mulheres, e detecta como indício de que os acontecimentos foram organizados a realização de uma praça de jorna feminina, que há três anos não ocorria, "pois de há muito está convencionado que as mulheres ganham metade do salário dos homens (...) se assim tem sido, que necessidade havia de fazerem reunir as mulheres, senão para dar incremento a qualquer incidente previamente preparado? "

É importante referir a situação social e laboral em Alpiarça naquela altura, que era a seguinte:

(...) na semana dos acontecimentos, os salários eram de 20\$00 para os homens e de 10\$00 para as mulheres, enquanto em Almeirim oscilavam entre 22 e 25\$00 para os homens e 11 e 20\$00 para as mulheres (as variações dependeriam das freguesias).

Na Chamusca, os homens ganhavam entre 18 e 30\$00, e as mulheres entre 11 e 20\$00, consoante fossem trabalhadores permanentes, ou contratados para o desempenho de uma tarefa.

Está assim explicada, em grande parte, a razão da permanente luta e revolta da generalidade da população de Alpiarça.

Esta irreverência resultou ainda no seguinte episódio histórico que foi escrito por José João Marques Pais, um homem de cultura que, apesar de não ser historiador, se tem dedicado a pesquisar tudo o que diga respeito à "nossa" terra.

Nas eleições para Presidente da República, em 1958, no concelho de Alpiarça, Humberto Delgado teve cerca de 83% dos votos, face aos 17% de Américo Tomás.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Isso só foi possível "devido à nossa fiscalização", conforme confessou, um dos membros da comissão da candidatura de Alpiarça.

Foi um momento histórico a nível nacional.

Em todo o país foi a maior votação local em Humberto Delgado. O envolvimento da população alpiarcense, que é Gente de Outro Ver², foi fundamental para este resultado extraordinário, porque conseguido em situação política adversa e difícil.

Tão difícil, que muitos membros da comissão local acabariam por ser presos e o próprio general teve de se refugiar na embaixada do Brasil, acabando por ser assassinado pela PIDE.

(...) O susto foi tão grande para o regime, que acabaram ali as eleições directas para a presidência da república.

Só depois de 1974 seriam retomadas.

Ainda a propósito deste episódio é pertinente partilhar aqui, hoje, convosco extratos uma carta, escrita no dia 19 de junho de 1958.

O seu autor foi o Dr. Raul Neves, um grande agricultor da vila, médico, na altura a exercer o cargo de presidente da Câmara Municipal de Alpiarça e líder local do partido do regime, a União Nacional.

Era, portanto, reconhecidamente um homem do regime, daí a importância do que escreveu.

É uma opinião desassombrada e lúcida (...) tal o seu realismo e a sua visão da vida real do concelho e do país neste ano de 58, não se coibindo de criticar, com aspereza, o regime, na proteção que fazia aos mais ricos em detrimento dos mais pobres:

Esta carta foi enviada ao Governador Civil de Santarém para explicar os desastrosos resultados eleitorais para a Presidência da República, entre o candidato Américo Tomás, apoiado por Salazar e pela União Nacional, e Humberto Delgado, o candidato da Oposição.

Da carta consta, entre outros pormenores, o seguinte:

"1- O acto eleitoral decorreu no concelho sem incidentes de maior, salvo um ou outro ligeiro atrito por falta de inscrição de alguns eleitores, não obstante os cadernos eleitorais terem sido feitos com a maior legalidade possível.

Findo o acto eleitoral o povo entregou-se a manifestações de contentamento, fazendo-o, porém, em relativa ordem.

² Título de livro da autoria de J.J. Marques Pais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

2- Pelo que me foi dado observar e do que até mim chegou por conversas tidas com alguns elementos da oposição, variadas são as causas que militaram desfavoravelmente para a situação, e relativamente a algumas das quais não poderemos ficar insensíveis pela razão que lhes assiste:

a) O espírito liberal da população de Alpiarça, que é já tradicional e vem dos tempos da propaganda da República, para o qual certamente muito contribuiu a figura de José Relvas, cuja memória o povo não esquece, constituiu sem dúvida um dos factores que largamente concorreu para o êxito da oposição.

b) Os trabalhadores rurais, que no concelho constituem uma grande parte do eleitorado, queixam-se:

- De salários que consideram pouco compensadores

- De dias perdidos por motivo das crises que todos os anos afectam esta região, as quais, não obstante o auxilio que o Governo sempre tem dispensado, só parcialmente têm sido resolvidas

- Da falta de casas para habitação

- Da falta de qualquer amparo ou reforma, uma vez atingida a velhice

(...)

f) Que o Estado Novo possibilitou a criação de grandes fortunas para uns tantos, com manifesto prejuízo das classes menos favorecidas.

(...)

h) Que há a absoluta necessidade de evitar abusos cometidos por quem, servindo o Estado, procura a todo o transe cometer atropelos morais para se instalar comodamente na vida, actos estes para cuja discussão devia haver mais liberdade de imprensa, a fim de o público ser convenientemente informado.

i) Necessidade de um melhor reajustamento das contribuições que cada um paga, porquanto, na verdade, nota-se um certo desequilíbrio entre as várias classes, com realce para a grande fortuna que devia estar sujeita a um imposto progressivo e pesado.

(...)

4 - No capitulo das sugestões para o futuro, afigura-se-nos que há que há que procurar remediar tudo aquilo que de justo e razoável provoca descontentamento na oposição.

Na minha infância ouvia, com demasiada regularidade, que durante a noite, a PIDE invadia algumas casas e levava para interrogatório e tortura, um dos seus habitantes apenas devido a uma denúncia, mesmo que falsa de um informador.

Não podia haver desabafos espontâneos, porque aos ouvidos de “gente errada” poderiam significar problemas inesperados.

Conversas abertas e livres só com pessoas da mais insuspeita confiança e ajuntamentos não eram nada bem vistos. Ali até das próprias paredes se desconfiava.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



Apesar de ter saído muito cedo de Alpiarça, conheci estes dramas.

Mais tarde, quando já vivia em Ponte de Sor, regularmente, com o meu pai, dentro do automóvel da família que tinha um rádio “Blaupunkt”, onde podíamos ouvir emissões em banda curta e escutar a BBC - com emissões em português - e da Rádio Voz da Liberdade, a partir de Argel.

Vozes como a de Manuel Alegre, denunciavam as manobras do regime e informavam as notícias da imprensa internacional que criticavam o regime, em concreto, a guerra colonial e a ausência de liberdade.

Foi através dessas “clandestinas” ações que ouvi, temas musicais que hoje fazem parte do nosso património, e tomei contacto com vozes de Zeca Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Manuel Freire ou Luís Cília.

Senhoras e senhores :

Abril é um desígnio ainda não totalmente cumprido. É um processo que se iniciou e continua em curso. Nem tudo está bem. Falta cumprir-se muitos objetivos.

Tantas vezes o dizemos, tantas vezes o ouvimos, tantas vezes o pensamos.

Por vezes existe algum desencanto tão bem expresso nas palavras do poema Abril de Sim, Abril de Não, da autoria do poeta de Abril, que é Manuel Alegre³

Abril de Sim, Abril de Não

Eu vi Abril por fora e Abril por dentro

vi o Abril que foi e Abril de agora

eu vi Abril em festa e Abril lamento

Abril como quem ri, como quem chora.

Eu vi chorar Abril e Abril partir

vi o Abril de sim e Abril de não

Abril que já não é Abril por vir

e como tudo o mais, contradição.

Vi o Abril que ganha e Abril que perde

Abril que foi Abril e o que não foi

³ Manuel Alegre
(30 Anos de Poesia, D. Quixote)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

eu vi Abril de ser e de não ser.
Abril de Abril vestido (Abril tão verde)
Abril de Abril despido (Abril que dói)
Abril já feito. E ainda por fazer.

Minhas senhoras e meus senhores:

Quanto ao ainda por fazer, não podemos desistir, antes, queremos, prosseguir e é importante mobilizar e unir vontades e energias, sermos capazes de enfrentar e ultrapassar as dificuldades, de progredir no sentido de uma sociedade inclusiva e solidária, defendendo e melhorando o serviço público, com vista à elevação dos indicadores de bem-estar dos cidadãos e os níveis de desenvolvimento, no respeito pelos princípios e valores que nortearam o 25 de Abril de 1974.

Uma das conquistas mais bem-sucedidas da revolução portuguesa do 25 de Abril de 1974 foi precisamente a instauração do Poder Local Democrático.

É este pressuposto que nos permite estar aqui hoje, em plena liberdade, podendo participar, com a possibilidade de, no meu caso, estar aqui a usar da palavra, na sequência da eleição democrática da população albicastrense e da Assembleia.

Efetivamente, o poder local democraticamente eleito, constituído em Municípios e Freguesias, através do exercício das suas competências e meios financeiros próprios, levou o desenvolvimento a todo o território, no campo das infraestruturas básicas que, muitas vezes, não existiam – redes de abastecimento de água e saneamento, higiene pública, energia elétrica, arruamentos, vias de comunicação, escolas, centros de saúde, etc.

Perdoem-me a abusiva pessoalização desta intervenção, mas não quero terminar sem referir a comemoração do 25 de Abril, numa localidade do nosso concelho e freguesia: Lentiscais.

Em Lentiscais, o 25 de abril é também e ainda mais que uma tradição, é uma realização que resulta numa festa popular que, de forma ininterrupta, (exceção ao tempo da pandemia) vem acontecendo todos os anos com a colaboração das autarquias municipal e de freguesia.

É uma festa de grande fraternidade entre toda a população, as suas Associações representativas, os convidados e os representantes eleitos da administração local.

Logo lá estaremos.

Como tão bem cantou Chico Buarque em Tanto Mar

Foi bonita a festa, pá!

Viva o 25 de Abril.

Viva a democracia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Viva a liberdade.

Viva Castelo Branco.

Viva Portugal.

Ernesto Candeias Martins (MPT) - É com inestimável honra e orgulho que me encontro aqui, para, em conjunto, comemorarmos, o 48º Aniversário da Revolução 25 de Abril de 74. Para quem viveu de perto, como eu, esse grande dia, parece ter sido há pouco tempo. Do período designado “*Orgulhosamente sós*” que nos levou ao isolamento do mundo civilizado e ao definhamento das condições de vida dos portugueses, muitos deles tendo que imigrar por várias razões, virámos o rumo para a liberdade democrática e para a Europa com os seus valores. A esperança dos portugueses continua a estar fortemente centralizada nos valores de Abril, valores civilizacionais e humanos pelos quais se bateram muitos resistentes antifascistas. Foram as conquistas e valores de Abril que a Constituição da República Portuguesa de 1976 consagrou.

Ao comemorarmos hoje o 25 de Abril num ato de grande elevação pelo feito valoroso dos capitães de Abril, que nessa inolvidável madrugada permitiram abrir as portas à liberdade e à democracia e aos quais, mais uma vez e sempre, renovamos o nosso apreço e gratidão assim como por todos aqueles que desde a resistência e combate, sacrifício e coragem fizeram possível esses valores e direitos.

Importa recordar a importância da liberdade conquistada e que, hoje em dia, está tão comprometida em função do que ainda passamos por mais algum tempo de pandemia ou de crises originadas pela guerra na Ucrânia e outros fatores de constrangimento social e económico. Aquela gesta de Abril deve perdurar nos anais da nossa história, mas importa não deixar que as novas gerações, que nunca conheceram a censura, a perseguição política, a privação da liberdade, a miséria e pobreza vulnerável de muitos setores da população possam permitir que novas formas de limitação da liberdade medrem como fruto do aprofundamento das desigualdades sociais e económicas, do desemprego, da corrupção, da violação dos direitos humanos e do desrespeito pelo povo.

Será sempre obrigatório recordar igualmente que também o Poder Local democrático que nasceu do 25 de Abril e foi consagrado constitucionalmente, instituindo-se como fator fundamental de desenvolvimento do País, promovendo a realização de muitas infraestruturas múltiplas e anseios prementes das populações, constituindo-se os municípios e as freguesias como os principais promotores dessa materialização de necessidades. Mas é com a força do nosso Povo que continuaremos a resistir, resistiremos sempre, como nos habituámos com o 25 de Abril. Porque hoje



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

falar do 25 de Abril continua a não ser apenas palavras e discursos, por muito bonitos que sejam. Falar do 25 de Abril não pode ser isso, tem de ser com verdade, com o coração, ou seja, tem de ser também uma evocação daqueles que contribuíram para que ele pudesse ter nascido.

Desvirtuar os valores e princípios alcançados é irresponsabilidade e incompetência. Celebrar Abril é e será sempre resistir e sonhar de novo! Pois só será Abril quando acreditarmos que somos capazes de colocar os interesses do concelho à frente dos interesses pessoais. Relembremos o empenho das massas populares no apoio e na defesa da Revolução, na consolidação e construção da democracia e na sua decisiva luta na concretização de profundas transformações económicas, sociais, políticas, culturais e civilizacionais que se traduziram em grandes conquistas para todas as gerações vindouras!

Por Abril, no sentido democrático da palavra, e na comemoração do seu dia não posso deixar de prestar a sentida e merecida homenagem a todos albicastrenses que lutaram pela democracia e liberdade em Portugal o nosso profundo reconhecimento, mas também por todos os portugueses que mesmo exilados, sofreram a reclusão e a perseguição lutaram pelos valores democráticos. Mas esta democracia é uma flor que precisa ser regada continuamente para manter a sua vida e o seu brilho, já que a liberdade é muito frágil e facilmente a perdemos sem nos apercebermos do que vai sucedendo na voragem dos dias que passam.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Volvidos quase meio século após o dia 25 de Abril estamos hoje bem melhor do que estávamos em 1974. Isto já para não falar do desenvolvimento económico e social que tivemos que permitiu melhores condições para a generalidade da população portuguesa ao nível do ensino, saúde, das pensões e segurança social, mas sobretudo nos chamados direitos sociais, que em muitos aspetos damos por garantidos. A democratização, o desenvolvimento e a construção do Poder Local foi um processo integrador e participado de Abril, que envolveu e continua a envolver a população, num movimento coletivo, rico e variado, mas que também tem os seus detratores entre os que nunca se reviram nem se revêm nos valores de Abril.

Os avanços civilizacionais que a Revolução veio consubstanciar, nomeadamente a consagração dos direitos, liberdades e garantias, o reconhecimento da cidadania ativa, a participação cívica e a afirmação de soberania pelo modelo de democracia representativa. Ainda assim, não podemos ignorar as insuficiências, as limitações e os desvios que ainda hoje suscitam crispações políticas nefastas, que suscitam saudosismos anacrónicos e injustificados. Quão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

significativa foi a politização da população e a democratização das estruturas políticas ao nível local.

Mas continua a haver desigualdades sociais, que se manifestam em vários aspetos da vida das pessoas, ainda que por vezes de forma mais rebuscada ou escondida, com o surgimento de novas formas de pobreza, que a pandemia veio revelar e agravar e que o Estado Social não conseguiu dar respostas eficazes. O Poder Local mostrou estar ao lado dos seus concidadãos, antecipando-se e preconizando soluções alternativas que minimizaram os problemas e ajudaram, de forma significativa, a garantir o direito à proteção da saúde, habitação, educação e o dever de a defender e promover. Não posso de frisar que, segundo o estudo *“Pobreza em Portugal – Trajetos e Quotidianos”*, à volta 11% dos portugueses estão em situação de pobreza e que um em cada cinco portugueses é pobre. E isso acontece num país democrático e europeu, que recebeu a famigerada *“bazuca”*, num inquestionável sinal de coesão social e territorial, mas que, também, esta não sabemos se terá o proveito adequado para as populações e gerações futuras. A melhor forma de cumprir o desígnio do 25 de Abril é apostar sempre na melhoria das condições de vida das pessoas, dando resposta às suas necessidades, protegendo socialmente os mais desfavorecidos, estimulando a capacidade e o talento dos jovens, abrindo novos horizontes de progresso, de desenvolvimento e de coesão social. O problema da habitação (social) com a implementação de políticas (habitação social, arrendamento e reabilitação problemas de acesso a habitação condigna), substanciado no art.º 65º da Constituição Portuguesa, tem vindo a aumentar, mas continua a faltar medidas eficazes ou apoios diretos ou indiretos da administração pública, independentemente da variedade de modelos de produção, de financiamento, de gestão, de público-alvo ou regimes de construção.

Um outro aspeto é o nível de opinião e do pensamento na sociedade democrática, sobretudo com o surgimento e expansão das redes sociais, verificando-se uma nova forma de censura, que se acentua com o exacerbar dos extremismos políticos ou através da imposição do *“politicamente correto”*. A superação das crispções, dos extremismos inquietantes e dos saudosismos passa pela assunção plena e intransigente da ética da responsabilidade por parte dos agentes políticos, pela probidade na sua atuação, pelo escrupuloso respeito às leis, aos cidadãos que representam e à dignidade dos cargos que ocupam. Aos agentes políticos cumpre ser leal e transparente entre os diferentes órgãos do poder político e pela administração central relativamente aos municípios”.

Por outro lado, o desenvolvimento de modelos de governação mais democráticos e participados encontra um contexto mais favorável no nível local, após 25 de Abril, enquadrando-se no processo de descentralização, que tem promovido as relações associativas, interação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

organizações horizontalmente organizadas e do espírito de participação cívica, que é favorável ao desempenho municipal e mais fértil para o progresso do país. Cabe-nos valorizar a democracia participativa, nos assuntos de interesse coletivo e das pessoas, para melhorar o desempenho do município, pois a participação constitui uma ferramenta de desenvolvimento social redistributivo e incluyente. Ao falarmos desenvolvimento (sustentável) do território, este só é possível por meio da atuação eficiente e eficaz do município, colaboração das instituições e organizações e participação das pessoas. Este é o valor democrático conseguido desde Abril.

Nesta perspetiva devemos valorizar mais os debates e as decisões através: da '*Participação cívica*' atendendo ao capital social no desenvolvimento; da '*Participação democrática*' no contributo ao desenvolvimento social e económico com orçamentos participativos (definido como um instrumento de liberdade política) numa participação aberta a todos os cidadãos, numa combinação de democracia direta e representativa e a alocação dos recursos para investimentos e inovação, baseando-nos na combinação de critérios gerais e técnicos com as exigências feitas pelas populações. Mas também da '*Política deliberativa*' para que todos os cidadãos tenham oportunidades de expressão, os direitos de comunicação e de participação política. Só a democracia participativa/deliberativa, com novos instrumentos de participação cidadã, permitirá aumentar o interesse nas formas de democracia, colaborar nas tomadas de decisão, no planeamento e regulação da vida urbana do município.

É sabido que em Portugal, a ausência de *accountability* é frequentemente atribuída a um envolvimento insuficiente dos cidadãos na política. Contudo, podemos questionarmos com esta interpretação: se cidadãos distantes obrigam a menos *accountability* por parte dos governantes municipais, também menos *accountability* conduz a um afastamento dos cidadãos, na medida em que a sua voz não é tida em conta nos processos de política municipal, pelo que será necessário que a mudança seja feita essencialmente por parte governação camarária motivando para essa mudança nos cidadãos, pois menor participação destes reduz a exigência de *accountability* e, conseqüentemente, aumenta a sua liberdade de ação. De facto, a participação ativa dos cidadãos surge hoje no centro do planeamento das cidades e dos modelos políticos democráticos municipais. Assim, a transparência das políticas municipais e urbanas depende grandemente da vontade e do grau de comunicação dos executivos camarários. As decisões políticas que determinam os investimentos públicos nas áreas de competências dos municípios desenvolvem-se em processos de discussão e tomada de decisão muito fechados e hierarquizados, liderados pela figura, mais ou menos carismática, do seu presidente. Os processos formais de participação pública decorrem de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

imposições legais no âmbito da aprovação de instrumentos de gestão municipal e territorial, classificação de património ou adjudicação de serviços, limitando-se a processos de consulta pública em fases muito adiantadas, ou até mesmo concluídas dos processos de decisão, sendo muito escassos os casos de envolvimento ativo por iniciativa das Câmaras Municipais e mais raros ainda por iniciativa de cidadãos. Entre muitos exemplos a não seguir é o recente Plano Geral de Urbanização (aprovado 1991) posto à consulta pública na sua revisão num período de 30 dias quando devia ser explicitado aos cidadãos e na Assembleia Municipal antes da sua aprovação.

O poder local, tido como uma das maiores realizações da Revolução de Abril, exerce-se ainda de forma muito pouco transparente e permeável à vontade dos cidadãos, sendo difícil descortinar os interesses que representam. Apesar de próximo das populações, a desconfiança mina a relação dos cidadãos com os seus representantes. Os modelos de governação materializam-se, muitas vezes, em estratégias e processos que mais não fazem do que legitimar as decisões tomadas pelo poder, substituindo-se muitas vezes à via da participação democrática. A governação municipal exige novas formas de conceção e realização das decisões públicas, que passam pela consulta aos cidadãos, instituições e atores envolventes.

No contexto da governação local, a integração dos cidadãos requer mecanismos políticos democratizados, baseados numa descentralização administrativa e na participação ativa dos cidadãos na gestão municipal. Os governos municipais precisam de rever o modelo de gestão do seu próprio poder, afirmar os interesses da sua comunidade acima das diferenças partidárias ou ideológicas e defender os seus interesses específicos junto dos governos nacional que, representando as redes de cidades, podem atuar como atores coletivos dinâmicos na economia.

Minhas senhoras e meus senhores

A democracia e a liberdade são efetivamente uma enorme conquista, mas que está sujeita a ameaças às quais temos o dever coletivo de estar atentos. Referimo-nos aos tempos particularmente difíceis que estamos a viver, tanto para os cidadãos como para as autarquias, mas insisto que o 25 de Abril também visa fins de coesão e equidade sociais, aspetos que se têm procurado atingir neste concelho, tanto a nível do município como nas freguesias, com proximidade e conhecimento, com a procura de soluções na pluralidade e com a implementação de diversas medidas e apoios.

O 25 de Abril foi uma viragem forte na vida do país, abrindo as portas à democracia, à ascensão social, à igualdade de oportunidades, à igualdade de género, à educação, à saúde, à justiça social, à não discriminação pela condição de nascimento, à autodeterminação e à liberdade de expressão. Hoje, somos os fiéis depositários dessa herança, pelo que nos cabe o papel e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



responsabilidade de perpetuar os seus valores e contribuir diariamente para a defesa constante de uma sociedade tolerante, multicultural e inclusiva.

O simbolismo de Abril não pode ser apenas apregoado por palavras vãs que insistem na liberdade, na proximidade e no exercício da cidadania no discurso e na retórica. Abril é muito mais que isso é a abertura ao diálogo dos que exercem o poder aos que neles votaram e os elegeram. Abril exige o cumprimento do contrato e do compromisso social entre os eleitos e os eleitores, na prestação da informação, na prestação dos esclarecimentos e das opções tomadas e na criação das condições mínimas, que deveriam ser as mais adequadas, por parte dos primeiros, para que os segundos possam participar na vida pública e influenciar a decisão política. Abril não é sonegar informação aos cidadãos, nem evitar a discussão ou o esclarecimento. Abril não é arredar os cidadãos e os munícipes da discussão da vida pública, mas é isso que normalmente assistimos.

Por isso, o 25 de abril, não tem um futuro fácil neste município!

Mas é possível sonhar com um concelho e uma sociedade cada vez melhor e, por isso é tão importante reacender a esperança. A esperança numa vida melhor, a esperança de que é possível uma vida melhor. Este é o caminho que escolhemos ao sermos eleitos e o compromisso que temos no caminho que honra Abril e não esquece décadas de luta por uma vida melhor. Uma vida com direitos, com dignidade em democracia.

Viva o 25 de Abril Sempre, a democracia e o estado democrático.

Viva Castelo Branco... Viva Portugal.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) – Ao contrário dos meus antecessores que intervieram, nasci após a revolução do 25 de Abril de 1974, aliás após Portugal estar na União Europeia, a então CEE. E ao longo dos anos cresci a ouvir a expressão “tu não sabes o que foi a ditadura”, não a viveste e, hoje, estes mesmos iluminados de esquerda que me disseram isso, acusam-me de querer este regime. Hoje faz quarenta e oito anos a Revolução de Abril de 1974, a revolução que trouxe o sonho da liberdade, sonho manchado desde o início com a tentativa das forças de extrema esquerda, usurparem o poder, implementarem em Portugal uma República Socialista à boa maneira soviética.

Destes tempos lembramos as perseguições, as prisões discricionárias sem mandato ou culpa formada, a legalização da quase totalidades de partidos de direita, a impunidade com três terroristas de Sines, usurpadores de poder. Podíamos enumerar vários nomes, todos eles ligados à esquerda, mas esta esquerda que acusa de fascismo, tudo o que afronta que não esquece o Salazar e o Estado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Novo continua a fazer esquecer às novas gerações e eu incluído, este passado terrível de 1974 até ao novembro de 1975, o PREC.

Graças a Deus, ao contributo do nosso conterrâneo General Ramalho Eanes, tivemos o 25 de novembro, data que não pode estar dissociada do 25 de Abril. Pois foi com este contragolpe que Portugal entrou no verdadeiro caminho democrático, que nos faz estar aqui, hoje, se não estaríamos numa Venezuela da Europa, Democracia que hoje, em 2022 devia estar madura, mas não está, pois os que em 1974 perseguiram, torturaram, hoje estão ignóbeis como no passado. A prova disso e faço jus à justiça, em Castelo Branco não o sinto, é um acerto sanitário que faz a nível nacional ao CHEGA tentando limitar a ação de um partido constitucionalmente legal só porque diz a verdade e afronta o sistema, sistema que quase sempre à esquerda tem governado Portugal. Há quarenta e oito anos, digamos desgovernado, pois a corrupção e a falta de valores nacionais têm empobrecido Portugal na economia, no espírito e na força anímica da nação. Portugal, nação quase milenar merecia mais. Este tema não dá para mais, a não ser que o socialismo que atrai, atrasa, corrói e mata a nação e um povo. Abril e o seu espírito nunca foram cumpridos porque foram corrompidos desde o início apesar de esforços de homens como Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa, entre outros verdadeiros compatriotas que na realidade quiseram mudar Portugal, mas este sistema absorve-os e anulou-os com a Graça de Deus e com um grupo de homens e mulheres, quarenta e oito anos depois, existe finalmente uma força política em Portugal com a força de mudanças, espírito de luta e resiliência necessária para lutar em nome de Portugal e em nome dos portugueses contra este sistema falido e moribundo.

Bem haja e viva o 25 de novembro.

José Alberto Moreira Duarte (PSD) - Encontramo-nos hoje aqui, para mais uma vez comemorarmos e celebrarmos o 25 de abril, **com tranquilidade, segurança e em liberdade.**

Como todos nós sabemos, o regime do Estado Novo permaneceu em Portugal durante 48 anos, e hoje também comemoramos **os 48 anos do 25 de abril.**

No âmbito desta reflexão não podia deixar passar esta oportunidade de comparar os tempos vividos antes e depois do 25 de Abril, nomeadamente na nossa cidade.

E a primeira ideia que partilho convosco é nem mais nem menos, que no dia 25 de Abril de 1974, jamais me passaria pela cabeça que estaria hoje aqui, a intervir em nome da coligação PSD/CDS/PPM.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Portugal vivia nos anos 70 do século passado, um ambiente que dava para perceber, que algo no regime não estava bem.

Pairava no ar um desejo claro de mudança, que ia crescendo na sociedade. A todo e qualquer momento podia acontecer, e aconteceu mesmo.

Recordando Castelo Branco, era uma pequena cidade de interior, capital de distrito, com poucas e débeis vias de comunicação, e com fracas respostas tanto ao nível da saúde, educação, habitação e mercado de trabalho.

Se pensarmos no concelho, a agricultura era a atividade predominante, associada a uma pecuária pouco concorrencial.

Uma indústria, como por exemplo os lanifícios que rapidamente se tornou frágil, e ainda algumas outras, que muito têm trabalhado para permanecerem entre nós.

Mas naquela manhã de abril, o povo saiu a rua, e com cravos proclamou a liberdade, que tantos sonhavam, acreditando que Portugal merecia outro rumo.

Quem como eu, cá estava, e teve oportunidade de cá continuar nestes 48 anos, só pode sentir, que valeu a pena.

Como Portugal também Castelo Branco evoluiu, e muito.

À democracia consolidou-se, e os albicastrenses por meio do voto passaram a eleger os seus representantes.

Felicito e cumprimento todos aqueles, que tiveram a capacidade de elevar o nome de Castelo Branco, e muito contribuíram para a sua afirmação, tanto em Portugal como no estrangeiro.

O serviço nacional de saúde colocou à disposição de todos, um serviço que atingiu excelentes níveis de qualidade, mas que nos últimos anos, têm vindo a ser colocado em risco.

O acesso ao ensino tornou-se universal. As escolas do ensino básico e secundário evoluíram, tanto em quantidade como em qualidade.

O acesso ao pré-escolar é hoje quase universal e a escolaridade obrigatória contempla todos os nossos jovens.

O ensino superior chegou a Castelo Branco por vias do ensino politécnico, e este proporcionou aos nossos jovens, oportunidades de formação superior aos mais diversos níveis.

A agropecuária tentou modernizar-se e não foi fácil dar resposta aos novos mercados.

A zona industrial instalou-se e consolidou-se com muitas e boas empresas, que se souberam afirmar tanto a nível nacional como internacional.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O meu reconhecimento e agradecimento para todos os empresários que acreditaram e investiram na nossa cidade e no nosso concelho.

Passados quarenta e oito anos, poderemos dizer que a democracia se consolidou, e a liberdade ainda nos faz companhia.

Mas nem todos os momentos foram tranquilos, e alguns houve, em que a democracia chegou a estar ameaçada.

E também por cá, a democracia, podia ter sido mais respeitada.

E o que podemos hoje, esperar do futuro:

1. O despovoamento das nossas freguesias e do nosso concelho não merece uma especial atenção?
2. Os nossos jovens sentirão motivação para optarem por continuar a viver em Castelo Branco?
3. Os jovens casais encontrarão em Castelo Branco condições necessárias e suficientes para constituírem as suas famílias?
4. Uma política séria de apoio às crianças dos 0 aos 6 anos, será suficiente para transmitir segurança aos jovens casais?
5. Os nossos serviços de saúde estarão neste momento a dar resposta as necessidades das nossas populações?
6. Os nossos empresários poderão sentir confiança e apoio necessário para enfrentarem novos desafios?
7. O que fazer para encontrar uma nova política de emprego e salários capaz de atrair novos habitantes para o concelho?
8. Tendo em consideração a invasão da Ucrânia, e os efeitos que esta guerra irá provocar a nível mundial, não será oportuno pensar na autossuficiência de bens alimentares?
9. Não estaremos no momento, de encontrar uma política de transportes para o concelho, capaz de corresponder às necessidades da população, e de preferência acessível a todos, e sustentável do ponto de vista ambiental?
10. Os nossos idosos poderão sentir-se confortáveis, com as políticas de apoio, que a sociedade lhes põe à disposição?
11. A nossa zona histórica não merecerá uma atenção diferente daquela que tem sido dada nos últimos anos?
12. Não será o momento de pensar uma política de habitação para Castelo Branco?

Em suma, Castelo Branco terá que virar a página. **Tem que voltar a crescer.**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Senhor Presidente

Chegou a hora, de não só discordar dos anteriores atores, em termos de discurso, mas sim, de responder com novas e melhores ações.

Como sempre estaremos disponíveis para ajudar a construir **um concelho para todos e não só para alguns.**

As nossas críticas, quando surgirem, serão sempre construtivas.

Os nossos elogios, também estarão presentes, sempre que forem merecidos.

Queremos contribuir, para que os cidadãos se sintam bem com os seus direitos, e ao mesmo tempo, responsáveis com os seus deveres.

Queremos o melhor para os albicastrenses

Não poderei terminar sem deixar um apelo aos jovens, para que se sintam motivados para uma participação mais ativa na vida pública.

Mas hoje é dia de festa, é dia de comemorar a liberdade, e por isso, desejo a todos um excelente dia.

Façam tudo o que estiver ao Vosso alcance, **para que a liberdade, nunca deixe de estar presente nas Vossas vidas.**

Viva o 25 de Abril

Viva a liberdade

Viva Castelo Branco

Viva Portugal

Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo (S-MI) - Muito bom dia a todas e todos.

Começo por saudar com respeito o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e os membros da mesa.

Saúdo com elevada estima, a Senhora Ministra de Coesão Territorial e sublinho a honra que é para nós, tê-la hoje connosco e estamos certos que dará um contributo decisivo para o desenvolvimento do interior do país.

Saúdo com consideração o Senhor Presidente da Câmara Municipal e as Senhoras. e os Senhores vereadores.

Saúdo com entusiasmo as senhoras e senhores membros desta Assembleia Municipal, representantes das várias forças políticas, onde se incluem as Senhoras e os Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia.

Saúdo com apreço os dirigentes das instituições e associações aqui presentes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



Saúdo com confiança a comunicação social, que tem um papel essencial numa sociedade livre como a nossa.

Saúdo com sentimento devedor, a população do Concelho de Castelo Branco, a quem agradeço a confiança em nós depositada para os representarmos, nesta assembleia.

É um privilégio poder dirigir-me a tão distinta assembleia, neste dia repleto de significado para todos nós.

Um dia que é sinónimo de União, Alegria, Esperança, Tolerância e Liberdade.

Faço-o na qualidade de membro desta Assembleia Municipal, mas acima de tudo, na qualidade de cidadão português, orgulhoso da nossa pátria e da história da nossa Nação!

Assinalar o Aniversário do 25 de Abril é uma honra, um dever e é uma responsabilidade de todos os democratas.

É esta a data que simboliza o advento da democracia a a fundação do regime democrático e livre em que vivemos.

O 25 de Abril deu aos portugueses a oportunidade de debaterem e decidirem, o seu destino coletivo.

Presto aqui sincera homenagem a todos aqueles a quem se deve a construção de um país justo, livre e fraterno.

Comemorar o 25 de Abril, é celebrar o sentido de Unidade que norteou a revolução, a alegria que sentiu quem viveu aquele momento único, a liberdade conquistada, a esperança que a todos foi devolvida e a tolerância que passou a existir.

A comemoração da liberdade deve constituir um momento de reflexão, mas também de frontalidade.

O 25 de Abril não pode ser comemorado apenas como uma efeméride, pois a democracia e a liberdade são um processo contínuo de conquista, que é também permeável a retrocessos.

O 25 de Abril é a data que marca o calendário português, uma data que nos une a todos.

25 de Abril Sempre!

Sempre porque os valores de Abril devem estar presentes todos os dias!

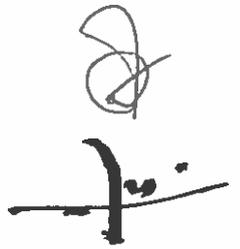
A Liberdade é um valor essencial que deve ser constantemente afirmado e enaltecido.

A Democracia é também expressão dessa liberdade!

Não podemos ficar-nos apenas por palavras simbólicas e de circunstância, desfasadas da realidade e do sentimento daqueles que representamos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



48 anos depois, ainda há muito a fazer e corrigir, na saúde, na educação, na justiça e na reforma do Estado.

É preciso criar condições para que o progresso se afirme, se consolide e se sustente.

As elevadas taxas de abstenção nos atos eleitorais, o sentimento de desconfiança do povo em relação à classe política e o alheamento de uma parte significativa da população em relação à política, são sinais mais do que evidentes de que uma parte de "Abril" está por cumprir.

A integridade e o respeito pelos compromissos assumidos pelos políticos, são essenciais para construir e lutar pela credibilidade da classe política, para aproximar os cidadãos da atividade política e para granjear o respeito dos eleitores pelos eleitos.

Cabe aos políticos assumirem as suas responsabilidades com rigor e autoexigência.

Importa também, promover a renovação e diversidade dos representantes de povo nos vários órgãos democráticos.

Só assim poderemos alcançar uma democracia plena.

Uma democracia constrói-se todos os dias e será tanto mais rica, quantos mais forem aqueles que contribuírem, para essa construção.

Homenagear o 25 de Abril e a constituição da república portuguesa, é proporcionar a todos, igualdade de oportunidades, independentemente de qualquer condição que cada um de nós tenha.

Cada português, de qualquer condição social, económica, religião, simpatia política, ou outra qualquer escolha individual, independentemente de viver em Monforte da Beira, em Sarzedas, em Bragança, em Vila Real de Santo António, na ilha das Flores ou no Corvo, na Madeira, em Porto Santo ou em Lisboa, tem o direito de ser tratado como igual e deve ter as mesmas oportunidades!

A liberdade não se construiu num dia!

A liberdade foi recuperada numa data que hoje celebramos, mas tem que ser conquistada todos os dias e para isso temos que lutar por ela.

Lutar pela liberdade! liberdade de expressão, liberdade de escolhas, liberdade de opinião, a liberdade de ousar pensar diferente, tendo sempre em conta que a nossa liberdade termina onde começa a dos outros.

A liberdade é o bem mais precioso que possuímos.

Não devemos prescindir dela e lutaremos sempre para que essa liberdade possa ser exercida por todos e para que todos possam exprimir a sua opinião seja ela qual for.

A liberdade não tem donos, a liberdade não é da direita nem da esquerda.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A liberdade é de todos nós, a liberdade deve ser celebrada e defendida por todos.

A liberdade é também celebrada quando nos respeitamos, quando sabemos ouvir os outros, quando removemos barreiras e quando construímos pontes de entendimento.

O espírito do 25 de Abril é um espírito construtivo!

Devemos usar a liberdade para construir e não destruir.

Dessa forma, estaremos também a cumprir Abril!

A sociedade tem demasiadas clivagens!

Entre o Nós e eles.

O povo e os políticos.

Os da capital e os do resto do país.

Os do interior e os do litoral.

Os do continente e os das ilhas.

Os da cidade e os do campo.

Os mais jovens e os mais velhos.

Os do nosso partido e dos outros partidos.

A política e a democracia devem quebrar estas divisões e não as alimentar!

A atividade política não deve ser um campeonato, onde os nossos ganham ou perdem e as vitórias de uns são as derrotas de outros.

A atividade política deve centrar-se em que as pessoas ganhem, a cidade ganhe, o país ganhe.

No âmbito desta assembleia permitam-me que diga o seguinte.

Vivemos todos no mesmo concelho, uns na cidade, outros distribuídos pelas freguesias e aldeias, mas a verdade é que "somos poucos, conhecemo-nos todos, cruzamo-nos uns com os outros no nosso dia-a-dia, partilhamos o mesmo espaço físico, deparamo-nos com as mesmas dificuldades e os problemas são comuns."

É imperativo que possamos juntar esforços, para lutarmos juntos pelo desenvolvimento do concelho e pela melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Como tenho dito nesta assembleia, sempre que uso da palavra, todos temos como objetivo comum, lutar pelo bem-estar dos munícipes e pela prosperidade do concelho de Castelo Branco.

Com certeza que teremos diferentes opiniões, mas essas diferenças podem somar, podem acrescentar, podem ajudar a encontrar novas soluções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

É tempo de aceitarmos a opinião dos outros, de sabermos ouvir, de pormos de lado o que nos separa (e que é tão pouco) e darmos as mãos naquilo que nos une... que é tanto!

Proponho que façamos hoje também o nosso 25 de Abril, um 25 de Abril interior, dentro de cada um de nós, um 25 de Abril que nos liberte das amarras em que cada um de nós, está acorrentado! um 25 de Abril que nos dê liberdade para olhar o futuro, para olhar em frente, para olhar também para o lado, para entender os nossos semelhantes e não para ver quem está ao nosso lado como adversário.

Está em causa um bem maior!

Une-nos a paixão pela nossa terra.

Une-nos a vontade de lutar pelo nosso território e pelo bem-estar dos cidadãos.

Evocando Miguel Torga, permitam-me:

"Livre não sou, porque nem a própria vida mo consente

Mas a minha aguerrida teimosia,

É quebrar dia a dia um grilhão da corrente.

Livre não sou, mas quero a liberdade

Trago-a dentro de mim, como um destino."

Senhor Presidente,

Minhas Senhoras e meus Senhores

Para concluir,

A liberdade é a razão de ser da nossa presença hoje aqui e hoje mais do que nunca, é também a liberdade que nos aproxima.

Cada um de nós tem a sua história individual e singular, mas o nosso destino é coletivo, é partilhado! é preciso voltar a sonhar e preparar o nosso Concelho para as próximas gerações.

Deixo aqui um apelo, para que sejamos mais exigentes connosco e mais ambiciosos para Castelo Branco e para Portugal.

Desejo que o espírito do 25 de Abril que vivemos, hoje aqui, não se apague!

É tempo de fazermos mais, é tempo de fazermos melhor e não há tempo a perder!

A todos desejo uma vida livre e muito feliz.

Viva o 25 de Abril, a liberdade e a democracia!

Viva Castelo Branco e Viva Portugal!

Muito Obrigado!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Francisco Manuel Pombo Lopes (PS) – Celebramos hoje o 48º. Aniversário da Revolução dos Cravos, celebramos a democracia, a liberdade, a igualdade, a paz e o desenvolvimento económico e social.

Concomitantemente homenageamos hoje todos os homens e mulheres, conhecidos e anónimos, que ao dedicarem a sua vida a ideais, contribuíram para a conquista para todos nós da liberdade na sua maior plenitude e expressão.

Decorrido quase meio século desde o dia 25 de Abril de 1974, em pleno século desde o dia 25 de abril de 1974, em pleno século XXI num contexto ainda marcado por uma pandemia e pela guerra da europa, as raízes e os frutos da Revolução dos Cravos assumem especial relevância e exigem reflexão.

Portugal, sem o 25 de abril de 1974 não seria certamente o país que hoje conhecemos. Do muito que podemos destacar do Portugal pós 25 de abril, destaco aqui a sua adesão à adesão à CEE e a criação do Sistema Nacional de Saúde.

A Adesão de Portugal à CEE foi uma das consequências do 25 de Abril de 1974 e das subsequentes alterações nos aspetos económico, político e social.

Para ser membro um país deve ser democrático. A candidatura de Portugal foi apresentada a 28 de março de 1977 e a 3 de dezembro de 1980 foi assinado o acordo de pré-adesão.

Para Portugal a democratização e a entrada na Comunidade Europeia forma de mãos dadas, tal como aconteceu com a Grécia e a Espanha.

A Democracia foi um passo essencial para o crescimento económico e para a prosperidade. A EU começou com a Declaração Schuman, com o mercado a ser meio para a paz entre os povos.

Conforme referiu Mário Soares no seu discurso a 12 de junho de 2005, aquando Comemorações da adesão de Portugal à União Europeia, Portugal: “(...) deu com a adesão à CEE, um salto histórico no plano do desenvolvimento e da sua autoconfiança, instalando-se noutra patamar económico, sem paralelo com o anterior.

Antes do 25 de abril de 1974 a saúde estava a cargo das famílias, das instituições privadas ou previdência, não existia serviço de saúde universal, sem tampouco o acesso aos cuidados de saúde era assegurado a todos os portugueses.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Em 1978, é designado Ministro dos Assuntos Sociais do II Governo Constitucional, o Dr. António Duarte Arnaut, o qual assume o desiderato da criação do Serviço Nacional de Saúde.

A 29 de julho de 1978, é publicado o despacho que viria a ficar conhecido como o despacho Arnaut, determinando o acesso aos Serviços Médico-sociais a todos os cidadãos, independentemente da sua capacidade contributiva, garantindo assim, pela primeira vez, a universalidade, generalidade e gratuidade dos cuidados de saúde, bem como a comparticipação de medicamentos.

A 15 de setembro de 1979, a Lei nº. 56/79, cria o Serviço Nacional de Saúde, concretizando o direito à proteção da saúde, a prestação de cuidados globais de saúde e o acesso a todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica e social, passando os portugueses a dispor de um sistema que assegura uma cobertura de saúde universal a cargo do Estado.

Também o nosso concelho teve após o 25 de Abril de 1974, inegável, profundo e reconhecido desenvolvimento económico e social, para o qual o PS teve e tem tido relevante e decisivo contributo.

Os problemas e desafios colocados pela designada interioridade, nunca nos fizeram desistir.

Cabe a todos nós cidadãos defender quotidianamente os princípios da nossa democracia. A defesa da democracia e dos seus princípios deve ser continua, uma vez que as ameaças à mesma também o são.

A liberdade é também sinónimo de responsabilidade. Defender a democracia é defender o Estado Social, é defender a liberdade, a igualdade, os direitos económicos e sociais, é defender o meio ambiente, acautelando o futuro das gerações futuras. É além do mais promover a qualidade de vida, a educação, o trabalho, a habitação, em condições de igualdade de direitos e de oportunidades. A democracia existe ao serviço do povo, é uma obra inacabada, em constante melhoramento, em que todos devemos aprender com o passado para melhor construirmos o futuro e dar resposta aos novos desafios.

Um futuro sustentável, com liberdade e igualdade, com direitos económicos e sociais assegurados.

O Portugal de hoje faz parte de um mundo globalizado, sobrevivente com marcas de uma pandemia. De um mundo hoje ensombrado por uma guerra na europa, que contraria os mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

elementares valores humanos que em pleno século XXI tínhamos por adquiridos. A nossa solidariedade ao povo ucraniano.

O PS sempre acompanhou e contribuiu para o desenvolvimento da democracia portuguesa, faz parte da sua própria construção e em particular faz parte do reconhecido desenvolvimento do nosso concelho e da defesa dos albicastrenses perante os atuais e futuros desafios. Cabe a todos nós portugueses preservar e concretizar os ideais do 25 de abril, acautelando o futuro das gerações futuras, mantendo sempre abertas as portas que abril abriu.

25 de abril

Esta é a madrugada que eu esperava

O dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo

In O Nome das Coisas, 1977

Sophia de Mello Breyner Andresen

Viva o 25 de Abril! Viva Castelo Branco! Viva Portugal!

Presidente da Câmara Municipal (Leopoldo Martins Rodrigues) - Ex.mo Senhor Presidente da

Assembleia Municipal, Sra. Secretária e Sr. Secretário

Exma. Senhora Ministra da Coesão Territorial, Professora Doutora Ana Abrunhosa

Ex.mas senhoras e Ex.mos Senhores vereadores

Ex.mas senhoras e Ex.mos Senhores Membros da Assembleia Municipal

Ex.mas Senhoras e Ex.mos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia

Ex.mo Senhor Professor Doutor Válder Lemos, saúdo-o enquanto ex-presidente da Assembleia Municipal. É um gosto vê-lo nesta sessão solene comemorativa do 25 de Abril

Exmo. Senhor Diretor da Segurança Social, Dr. Nuno Maia

Ex.mo Senhor Presidente do Conselho de Administração da ULS Eng. José Nunes

Ex.mo Presidente da ACICB, Dr. Sérgio Bento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ex.mo Senhor Eng. Vasco Pires, em representação da Direção do ISQ

Ex.mas Senhoras e Ex.mos Senhores Diretores dos Agrupamentos de Escolas Afonso de Paiva, Amato Lusitano, Alcains e S. Vicente da Beira e Nuno Álvares

Senhores 1.º e 2.º Comandantes Distritais de Operações de Socorro de Castelo Branco, Francisco Peraboa e Amândio Nunes

Ex.mo Senhor representante do Comandante Distrital da GNR, Sr. Capitão Sérgio Martins Mendes

Ex.mo Senhor representante do Sr. Comandante Distrital da Polícia de Segurança Pública, Sr. Comissário, Adelino de Sousa

Ex.mo Senhor Sargento Luís França do Gabinete de Atendimento ao Público de Castelo Branco

Ex.mo Sr. Tenente Coronel Paulo Santos do Núcleo de Castelo Branco da Liga dos Combatentes

Ex.ma Senhora Presidente da Direção da Cije

Ex.mo Senhor Coordenador da Associação Amato Lusitano, Dr. Dário Falcão

Ex.mo Senhor presidente da Delegação da Cruz Vermelha de Castelo Branco, Dr. António Cavaco

Ex.mas e Ex.mos Senhores Presidentes da Direção das Associações Ribeiro Perdizes, do Valongo, do Bairro do Cansado, da Associação de Futebol de Castelo Branco, da Zakigym, dos Teatros Tramédia e Váatão.

Ex.mo Senhor Padre João Serrasqueiro

Ex.mos senhores Dirigentes e funcionários da CMCB

Senhoras e Senhores Jornalistas

Senhoras e Senhores Convidados

Minhas senhoras e meus senhores

Hoje é um dia marcante da memória e da vida coletiva de Portugal. Em 1974, no dia 25 de abril, foi possível fechar um ciclo velho e iniciar um ciclo novo nas vidas de todos os portugueses.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Revolução dos Cravos traduziu-se e traduz-se, como um momento transformador nas nossas vidas e na vida da nossa comunidade.

Antes de Abril vivíamos no interior de um país cinzento, de um país triste, atrasado e fechado sobre si próprio. Antes de Abril homens e mulheres viviam condicionados na sua ação individual e coletiva. Vivia-se uma vigilância apertada e persecutória, vivia-se no medo de partir para África, vivia-se, citando o presidente da República Jorge Sampaio, “em sentido contrário ao tempo do seu tempo, e com isso afastando-se [Portugal] cada vez mais do futuro para que toda a Europa se encaminhava”.

O 25 de Abril não é apenas uma data comemorativa. O 25 de Abril é muito mais do que um feriado! O 25 de abril foi e é uma ideia de futuro!

Hoje, lembrar esse “dia inesquecível” significa repensar Portugal e manter viva a chama de um novo regime político: a democracia. Afirmar valores de futuro: a liberdade, a solidariedade, a cidadania ou a integração de Portugal na Europa.

Também não podemos esquecer que a transição de Portugal para a democracia ficará sempre associada ao nascimento de novos Estados Independentes em África.

A esse propósito, faço aqui um reconhecimento a todos os militares portugueses que lutaram pela sua pátria nos diferentes momentos da nossa História. A todos eles o nosso Bem-haja.

Portugal mudou. Foram homens e mulheres que construíram essa mudança, que construíram um país novo, um país muito mais aberto e plural, mais solidário, um país livre e desenvolvido.

Passados 48 anos de Abril, não nos esqueçamos, não nos podemos esquecer que ainda há pouco tempo Portugal era um país com elevados níveis de analfabetismo, um país com elevada taxa de mortalidade infantil, um país onde não havia uma rede de abastecimento público de água, onde não havia estradas como hoje as conhecemos, onde não havia formas fáceis de comunicar, onde não havia liberdade, onde não havia habitação para quem mais precisava, onde não havia uma aposta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

clara e efetiva na educação integral, um país onde não havia, nem se procurava que houvesse, um desenvolvimento harmonioso para o todo nacional.

O que existia eram teimosias ditatoriais que foram confrontadas, como se de David e Golias se tratasse, com uma vontade inabalável de mudar que foi sinalizada por Humberto Delgado no final dos anos 50, afirmada pelo inquieto movimento estudantil da década de 60 e alcançada, em meados da década de 70, com a intervenção de homens como Salgueiro Maia e Vasco Lourenço, que aqui destaco, entre muitos outros militares.

A todos eles devemos estar profundamente reconhecidos pela ousadia de pensarem um outro futuro para Portugal.

O povo Português chega ao 48.º aniversário da Revolução de Abril e tem motivos de regozijo, de alegria e até de orgulho por ter alcançado uma vida melhor, com uma sociedade mais solidária, com mais oportunidades, uma sociedade onde há mais justiça social, onde todos somos permanentemente chamados a contribuir para construir Portugal.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Não tenhamos dúvidas, as portuguesas e os portugueses vivem muito melhor hoje do que em qualquer outro momento da nossa história coletiva. As portuguesas e os portugueses vivem muito melhor hoje do que no contexto cinzento e opressivo do Estado Novo liderado por António de Oliveira Salazar e Marcello Caetano.

Mas, e hoje! Que desafios se colocam a todos nós e particularmente ao interior do País? Que desafios se colocam à Revolução dos Cravos?

Em primeiro lugar, é preciso consciencializar as gerações que todos somos responsáveis por continuar a materializar esta ideia fantástica a que chamamos 25 de Abril. Temos de continuar a combater os populismos fáceis, os movimentos que agredem a democracia, os movimentos que a procuram fragilizar dizendo que, se me permitem o termo, “naquele tempo é que era bom”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Minhas senhoras e meus Senhores,

Naquele tempo não nos deixavam pensar, não nos deixavam estudar, não nos deixavam passear livremente. Naquele tempo perseguiram os portugueses, enviavam-nos para o Tarrafal ou para a Cadeia de Peniche, ou mesmo para a Companhia Disciplinar num concelho aqui bem perto de nós.

Para continuar a cumprir Abril devemos, entre outras matérias, continuar a investir nas pessoas e na sua qualidade de vida. É por isso que é tão importante a nossa aposta na educação. Ela é, acreditamos, uma das maiores conquistas de Abril e um dos principais fatores de desenvolvimento do nosso país.

A aposta numa escola pública de qualidade, inclusiva, e construtora de conhecimentos é determinante para o desenvolvimento do nosso país, ela é determinante para a competitividade da geografia onde nos encontramos.

Inspirados por estas ideias entendemos que Castelo Branco deve apostar ainda mais na valorização das nossas crianças e das famílias albicastrenses através da educação. Daí a nossa aposta no financiamento gradual do valor a pagar pelas crianças que frequentam as creches do nosso concelho, daí a nossa decisão de tornar gratuita, já no próximo ano letivo, a alimentação de todas as crianças que frequentem o ensino pré-escolar e o 1.º e 2.º ano do primeiro ciclo, gratuidade que se estenderá às crianças que frequentem o 3.º e 4.º ano do primeiro ciclo do ensino básico, nos anos seguintes.

Procuramos, por esta via, melhorar a condição económica das famílias e combater a tendência acentuada de desertificação humana do território onde vivemos. Foi também com o mesmo objetivo, de melhorar a condição económica das famílias e combater a desertificação humana, que aprovámos a devolução, já no próximo ano, de 2,5% do valor do IRS pago pelas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



famílias, devolução essa que aumentará 0,5% em cada ano seguinte, atingindo os 4% no final deste mandato.

Senhor presidente da Assembleia Municipal,

Senhoras e senhores convidados,

Queremos continuar a trabalhar para a melhoria da vida dos nossos cidadãos sem esquecer os grandes desafios ambientais e de desenvolvimento do território.

A este propósito já reduzimos o preço dos passes mensais dos transportes públicos no concelho de Castelo Branco. Uma redução que cumpre dois objetivos. Por um lado, melhorar o orçamento das famílias albicastrenses e por outro criar condições para que cada vez mais pessoas usem os transportes públicos, contribuindo, por essa via, para a sustentabilidade ambiental e para a descarbonização.

A propósito da nossa responsabilidade no contributo para a sustentabilidade ambiental, recordamos também aqui, ainda que simbolicamente, que no passado dia 20 de março, dia da cidade, oferecemos 250 árvores autóctones aos nossos concidadãos. Foi um gesto simbólico, que teve como objetivo, como atrás referimos, de alertar os albicastrenses para as problemáticas relacionadas com o ambiente que dizem respeito à casa onde todos vivemos: o planeta Terra.

Também assim se cumpre Abril!

Queremos afirmar Abril valorizando as artes, a ciência e a cultura. Castelo Branco pode ser nestas áreas, se todos quisermos, um centro de referência ibérica. Essa pode ser a singularidade da nossa terra num tempo que é muito competitivo. Com esse objetivo estamos a projetar a “Cidade das artes e da ciência”. Acreditamos que este será um projeto determinante para o nosso futuro coletivo.

Queremos continuar a trabalhar em rede, com os municípios que nos envolvem, no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, mas também com diversas entidades estruturantes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

do nosso concelho e da nossa Região, como é o caso do Instituto Politécnico de Castelo Branco, da Universidade da Beira Interior, da nossa Unidade Local de Saúde.

Cumprir Abril é também valorizar as nossas freguesias. A esse propósito deixo aqui uma palavra de reconhecimento às senhoras e aos senhores presidentes de Freguesia do nosso concelho, bem como às equipas que os acompanham. Eles são os primeiros e os mais próximos representantes do poder junto das populações, são eles que todos os dias interpretam as preocupações das pessoas, são eles que todos os dias nos ajudam a resolver os seus problemas.

Neste sentido reafirmamos aqui o nosso compromisso de dotar as nossas freguesias de mais meios que lhes permitam responder às necessidades da população, sobretudo a mais envelhecida, que é aquela que tem necessidades próprias. Neste sentido cumpre-me anunciar que a reorganização dos serviços do Município, em curso, prevê a criação de um Gabinete de Apoio às Freguesias que, acreditamos, responda melhor e com maior celeridade às necessidades dos executivos das freguesias e dos seus habitantes. É também nossa intenção contemplar, já no próximo orçamento, um reforço das verbas a transferir para as Freguesias, no âmbito do processo de transferência de competências do município para as mesmas.

Senhora Ministra da Coesão Territorial. Estimada professora Ana Abrunhosa.

Todos somos poucos para garantir mais e melhor desenvolvimento, todos somos poucos para afirmar as nossas preocupações sociais, todos somos poucos para reclamar melhores condições de vida e bem-estar. Todos somos poucos para lutar por oportunidades iguais entre homens e mulheres.

Senhora Ministra deixe que lhe diga que apreciamos muito o seu gesto de se juntar a nós nesta cerimónia em que comemoramos Abril e que contamos consigo para nos ajudar a concretizar os projetos de desenvolvimento que temos para o nosso Conselho. Sabemos que é uma pessoa determinada que gosta desta terra e destas gentes. É também por isso senhora Ministra que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

contamos consigo para nos ajudar a fazer as pontes, juntos dos seus colegas do Governo, que nos ajudem melhorar a condição económica das nossas famílias, a reforçar a rede de apoio social, a melhorar a educação dos mais jovens e dos adultos, a reforçar e a melhorar a capacidade de resposta da Unidade Local de Saúde e do Instituto Politécnico de Castelo Branco, a combater a tendência acentuada de desertificação humana, a aproximar Portugal e Espanha através do IC 31, a assegurar o fornecimento de água para consumo humano e para a agricultura no nosso concelho.

A política existe para estar ao serviço das comunidades, das populações, dos mais desfavorecidos.

Os políticos existem, não para satisfazer necessidades pessoais, mas antes para se entregarem à causa pública, a essa nobre missão, onde o povo nos coloca quando deposita o seu voto nas urnas, que é o de servir desinteressadamente o nosso país, a nossa região, o nosso concelho, a nossa freguesia.

Sei que a Senhora Ministra pensa como nós, sei que a senhora Ministra está connosco nessa missão.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Minhas senhoras e meus senhores,

Todos nós somos depositários de Abril. Todos nós temos o dever de respeitar aquilo que custou a vida de muitos a conquistar. Conquistar a liberdade, desenvolver a solidariedade, investir na educação, trabalhar em rede, esbater muralhas, promover a economia e o emprego, fomentar diálogos.

Abril foi e é uma lufada de ar fresco neste Portugal que teve a ousadia de pensar em novos modelos de desenvolvimento educativos, sociais e económicos. Abril é uma ideia em permanente construção, que vai passar de geração em geração e que todos temos a responsabilidade de alimentar todos os dias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

E porque o povo é quem mais ordena, vos digo:

Viva o 25 de Abril;

Viva a Democracia;

Viva a Liberdade;

Viva a Solidariedade;

Viva Castelo Branco;

Viva Portugal.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 12 horas 30 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O 1º Secretário,